

## O ESTUDO SOCIOLOGICO DE COMUNIDADES

*Maria Sylvia Franco Moreira*

(Universidade de São Paulo)

Nossa organização social, em que pesem algumas tentativas racionalizadoras recentes, ainda está fundada, em larga medida, no princípio do ajustamento espontâneo dos componentes do sistema social, e nesse sentido, não abre possibilidades muito amplas para uma ação deliberada e conseqüente no sentido de provocar e orientar mudanças globais, que apanhem coordenadamente os diferentes setores da sociedade. Apenas em campos isolados — como a economia — seja pela natureza dos problemas que apresentam, de importância mais flagrante e mais facilmente reconhecida pelos nossos poderes constituídos, seja talvez pela maior maturidade científica e técnica nêles alcançadas, têm ocorrido tentativas sérias de regulamentação.

Apesar dêsses obstáculos que se opõem a uma ação que explore amplamente os recursos que as ciências sociais podem oferecer para a solução dos problemas de intervir na ordem social e orientar a sua transformação, os especialistas nessas disciplinas não podem, atualmente, em seus trabalhos, perder de vista êsse objetivo.

Quando consideramos o conhecimento sociológico existente sôbre o Brasil, vemos que uma das áreas que conta com o maior número de trabalhos realizados, maior volume de material acumulado e grande diversificação de situações analisadas é a que se refere ao estudo de comunidades. E' um campo que se presta, como poucos entre nós, para um esforço sistematizador, no sentido de aproveitar comparativamente todo um conjunto de resultados maiores ou menores dispersos, que se referem a quase tôda a extensão territorial do Brasil e que apanham as mais diferentes realidades sócio-culturais. Êsse esforço é da maior importância para que se chegue a isolar, a despeito de tôda a variabilidade das situações concretas estudadas, os fatores constantes que atuam no sentido, ou de preservar as formas arcaicas de integração do sistema social, ou pelo contrário, de promover uma reorganização dos componentes dêsse sistema, de modo a permitir o ajustamento à civilização urbana e industrial para que tende o Brasil.

Propondo-se um objetivo teórico de maior alcance, através dêsse estudo comparativo é possível observar como funcionam certos mecanis-

mos gerais de mudança; se poderá apreender, por exemplo, o significado relativo dos componentes sócio-culturais (tais como formas de dominação, ou atitudes e valores que orientam a ação dos membros das várias camadas sociais) e dos fatores de ordem estritamente econômica. Dado o papel primordial que, no processo de desenvolvimento, cabe a êsses últimos, é da maior importância conhecer especificamente de que maneira ocorre a sua integração com outros, de natureza extra-econômica. Isto tanto mais é preciso, quanto em tôda a ação governamental planejada temos presenciado a preocupação em remodelar as bases materiais da sociedade ou introduzir estímulos econômicos, sem a preocupação de observar como funcionam quando associados a diferentes formas de organização social. Na situação que atualmente atravessamos é da maior importância não perder de vista que a economia, ao mesmo tempo que poderoso fator de determinação das condições sociais de vida do homem, é um produto de sua capacidade criadora e não poder ser, assim, dissociada das outras soluções de ajustamento interhumano.

O estudo de pequenas comunidades é estratégico para esclarecer alguns aspectos referentes à integração entre as condições sócio-culturais e as econômicas. Apenas recentemente vêm se acentuando nas povoações e no mundo rural, as transformações tendentes a provocar o abandono dos padrões tradicionais de vida. Dêsse modo, podemos observar aí, em estado quase puro, a persistência de elementos de estabilização do sistema social, contrários a qualquer forma de mudança na estrutura de relações sociais e econômicas, ao lado da penetração de outros que se lhe opõem e que forçam a incorporação de um nôvo estilo de vida. Essa situação "in flux" é especialmente favorável para a pesquisa sociológica, pois ela permite que se conheça a importância dos diferentes fatores envolvidos (especialmente os que se referem a representações e ideologias), enquanto o ajustamento está se processando, momento em que as pessoas a êle submetidas têm conscientemente formulados os motivos e fins de sua ação e não se comportam ainda frente às novas situações de maneira semi-reativa, de acôrdo com fórmulas rotinizadas.

A consideração dessas questões da importância relativa dos diferentes componentes do sistema social no processo de mudança, nos conduz a alguns problemas de ordem metodológica referentes aos estudos de comunidade. Se êsses estudos favorecem a descoberta de certos mecanismos gerais de mudança social, não é menos verdade que para alcançar êsse objetivo é preciso sair da modalidade clássica de realização dêsses trabalhos.

Em primeiro lugar, é preciso não ficar demasiadamente prêso à preocupação em delimitar espacialmente a unidade estudada. Por trás dessa

preocupação de estabelecer de modo preciso a região de estudo, está uma perspectiva metodológica bastante freqüente em estudos de comunidade. É aquela que orienta a investigação para o conhecimento de culturas locais, procurando alcançar uma visão exaustiva do agrupamento estudado e abrangendo todos os setores da organização social. Com êsse procedimento se visa obter um quadro o mais completo possível da unidade estudada e se propõe que pela multiplicação de estudos do mesmo tipo, de acôrdo com um plano e segundo um quadro de referência geral, se chegaria a caracterizar, do ponto de vista das ciências sociais, a sociedade inclusiva, um país, por exemplo<sup>1</sup>. Subjacente a êsse ponto de vista está a idéia de que para se alcançar o conhecimento do todo é preciso abranger de modo tão completo quanto possível a variabilidade das situações particulares que o integram. Uma tal perspectiva converte o estudo de comunidade em um *método de investigação*, que pode ser unívocamente aplicado a quaisquer unidades que compõem o sistema social inclusivo, desde os aglomerados campestres e pequenas povoações até a grande metrópole, ou mesmo segmentos dela, como sejam, determinados estratos sociais tomados isoladamente da estrutura de que fazem parte.

Se escolhermos um outro enfoque metodológico, isto é, se nos propusermos apreender as conexões essenciais que basicamente moldam os elementos culturais e definem o sentido das relações sociais, a preocupação com o levantamento tão exaustivo quanto possível dos componentes da organização social e a correlata necessidade de considerar o agrupamento estudado como claramente delimitado e fechado sôbre si mesmo, deixa de ser importante nos estudos de comunidade. Em contrapartida, *os objetivos teóricos da investigação é que precisam estar muito claramente formulados*. Visto como, dêste ponto de vista, a reconstrução científica da realidade não terá por objetivo descrever e explicar unidades locais, o que seria compatível com um certo sincretismo nos fatos coligidos e nas interpretações, mas visará a descoberta das determinações que fundamentalmente definem o sistema social, a investigação deverá ser cuidadosamente planejada para desvendar os mecanismos essenciais de integração dos componentes estruturais e funcionais que são relevantes para os propósitos da pesquisa. Isto coloca adequadamente a comunidade *como o objeto de um estudo*, cuja orientação será definida pelos objetivos visados e pela perspectiva metodológica correlata. É preciso notar aqui, que é essa orientação que confere sentido ao esforço sistematizador a que nos referimos nos parágrafos anteriores, e que permite o aproveitamento dos resultados obtidos nos estudos isolados sôbre comunidade mediante uma reformulação que os articule tendo em vista alvos teóricos definidos.

De acôrdo com essa orientação, fenômenos ocorridos em áreas que, de acôrdo com a delimitação do âmbito de uma comunidade não seriam levados em conta, podem ser incorporados à análise e à interpretação, desde que inscritos em situação histórico-sociais do mesmo tipo, visto como o critério para a escolha das situações concretas a serem incluídas no estudo será a sua relevância tendo em vista as hipóteses específicas propostas. Isto dá ao investigador, sem que êle fique sujeito a argüição de falta de rigor técnico ou metodológico, uma maior liberdade na utilização das situações concretas capazes de elucidar os problemas que se propôs. Isto é particularmente importante quando o que se tem em mira é a observação de tendências que apenas começam a se delinear e que podem ser percebidas apenas em fenômenos discretos, que irrompem irregularmente.

Exemplificando: o pesquisador que estiver interessado nos problemas de trabalho no campo, especialmente nas áreas em que a mudança sócio-econômica tem sido menos acentuada, observará que o ajustamento entre patrão e empregado ocorre mediante relações que não são estereotipadas, sem um estatuto formal que as regule e que os limites da autoridade e da obediência são definidos tradicionalmente. A inexistência de uma codificação das relações entre patrão e empregado no campo levou mesmo um observador da importância de Caio Prado Júnior<sup>2</sup>, em sua acertada tentativa de mostrar que elas não têm um caráter feudal, a considerá-las em termos de um “mercado livre de trabalho”, afirmando que “elas se estruturam em base puramente mercantil”, isto baseando-se principalmente no caráter de empresa comercial de que se revestiu a grande exploração agrícola no Brasil. Entretanto, o quadro que êle próprio descreve, se realmente não é o de relações feudais rigidamente estereotipadas, não tem, também, o mínimo da racionalidade que caracteriza um contrato ou associação mercantil. Suas próprias observações indicam, e acertadamente, que “essas relações de trabalho nada tem de rígidas e são, pelo contrário, extremamente variáveis (...) dependendo sempre de circunstâncias ocasionais que são, em primeiro e principal lugar, as da conjuntura do mercado de trabalho”.

A primeira parte dessa afirmativa caracteriza precisamente, relações de tipo patrimonial e pode ser subscrita até o ponto em que se imputa sua fluidez à “conjuntura do mercado de trabalho”. Se a flutuação das relações entre proprietários e seus dependentes no campo fôsem predominantemente definidas por condições de mercado, elas tenderiam a uma certa padronização e equilíbrio, como resultado de uma constelação de ações que, pelo menos num grau mínimo, devem ser racionalmente orientadas. Na

verdade, essa instabilidade observada é característica do sistema de dominação de tipo pessoal vigente em nosso mundo rural, baseada no inquestionado poder de mando de uns e no dever de obediência por outros, no exercício e na aceitação de uma autoridade legitimamente reconhecida.

Se de um lado o ajustamento entre patrão e empregado não obedece a regras formalmente estabelecidas, de outro estão suficientemente definidas as expectativas mútuas quanto aos vínculos pessoais que os une: o patrão exerce de modo inquestionado a sua autoridade e o empregado, de sua parte, encara o patrão como o indivíduo que recebe os seus serviços, mas lhe deve uma certa proteção. Em toda zona rural em que predomine uma ordem patrimonial, o que se observa à exaustão são relações definidas conforme o padrão acima especificado. Entretanto, ao lado delas, começam a aparecer, especialmente de parte do patrão, tipos de ação que não mais se enquadram nos padrões tradicionais. Por exemplo, em suas tentativas de racionalizar o seu empreendimento, pode fixar a dimensão das tarefas forçando os limites convencionados; ou ao definir como categóricas suas relações com empregados, frustrar as expectativas de auxílio em casos como os de doença. Situações desse tipo indicam que se delineia uma situação de mudança e que vem se afrouxando no presente os limites impostos pela tradição ao exercício da dominação. Desse modo, as relações entre proprietários rurais e seus dependentes têm lugar através da submissão de uns ao arbítrio muito fracamente regulado de outros. Quando isto assume formas mais agudas, podem aparecer condições que levem, pelo menos temporariamente, ao rompimento do padrão de integração entre patrão e empregado acima descrito. Situações que permitam captar esse incipiente processo de mudança para uma forma mais impessoal e racionalizada, são esporádicas e transitórias, ocorrendo ainda, na maior parte dos casos, a recomposição da antiga modalidade de ajustamento, tão logo sejam submetidos a controle as situações que motivaram o conflito. Metodologicamente, nada obsta a que se incorpore à análise e à interpretação essas situações mais ou menos raras e de maior importância para se conhecer o processo de mudança nas relações de trabalho, quando elas ocorram em áreas que têm as mesmas características, mas que escapam aos limites espaciais que em princípio circunscrevem a comunidade estudada.

Seremos também obrigados a nos distanciarmos dos moldes correntes em estudos de comunidade, se reconhecermos a conveniência de completar a pesquisa de campo com a do passado. A necessidade desse procedimento já tem sido reconhecida e fundamentada na teoria dos estudos de comunidade<sup>3</sup>. Realmente, se quisermos compreender de modo mais completo o tipo de relações presentes na comunidade estudada, não podemos deixar de dar à investigação uma dimensão histórica.

Retomando o mesmo exemplo referente à modalidade de integração entre patrão e empregado, podemos observar que o padrão baseado na

autoridade patrimonial ou o fundado numa forma racional de domínio apresentam-se com maior ou menor nitidez conforme tenham sido configurados no passado os característicos essenciais do sistema social em que se acham inseridos. Para que isto fique mais claro, consideremos a modalidade de organização social e econômica em áreas como o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, no período em que ambos prevaleceu a agricultura cafeeira. Tanto em uma como em outra, a fazenda de café se instalou tendo em vista a exploração comercial. A forma de sua organização, entretanto, no que se refere ao modo de produção é a distribuição da mercadoria, e correlatamente, a estrutura interna de relações sociais na fazenda e as conexões desta com a sociedade inclusiva, foram amplamente diversas.

Já foi feita uma tentativa de caracterizar a fazenda do oeste paulista como uma empresa capitalista<sup>4</sup>. Nessa região o fazendeiro agiu como um empreendedor, alugando a força de trabalho de homens livres, racionalizando a sua empresa e participando ativamente nas operações de financiamento da produção e da comercialização do produto e criando um sistema conveniente de articulação com o mercado internacional. Sua mentalidade evidencia-se bem no fato de haver se desligado de sua propriedade territorial e se ocupado mais em gerir seu capital. De outro lado, a fazenda, ao mesmo tempo que se especializou na produção cafeeira e limitou as atividades de subsistência, forçou um aumento no volume de trocas, visto como era operada por mão-de-obra livre com uma relativa capacidade aquisitiva. Intensificou-se com isto a divisão do trabalho social, possibilitando o desenvolvimento urbano, favorecendo o processo de industrialização e a formação de uma sociedade de classes.

Na região do Vale do Paraíba, entretanto, a exploração do café assumiu outras características<sup>5</sup>. Alguns traços de um empreendimento capitalista podem ser observados no que se refere à distribuição da mercadoria, isto é, na articulação do fazendeiro com a rede de casas comissárias que se incumbia da colocação de seus produtos no mercado internacional. Apenas na medida em que o fazendeiro se entrosou no mecanismo de comercialização de seu produto, ele tem as características de um empreendedor. Mas mesmo essa operação, se foi estabelecida tendo em vista propósitos racionais de lucro, o processo mediante o qual se consolidou ocorreu através de relações pessoais e simpáticas. O vínculo que ligou fazendeiro e comissário de café, foi de molde a colocar este último na situação de servir, e com isto sentir-se honrado, ao seu cliente rural. Em geral mantinham eles, ao lado do negócio de café, estabelecimentos de gêneros, tecidos e ferragens, com os quais supriam a fazenda das mercadorias que nela não eram produzidas, especialmente artigos estrangeiros. Hospedavam aos fazendeiros em suas visitas ao Rio e, não raro, desemcumbiam-se da guarda de seus filhos quando em estudos na capital. Os ajustes entre eles pouco tinham de um contrato comercial, estando bastante mesclados

de relações de tipo comunitário: a confiança mútua, desenvolvida em anos de contacto era a sua base e sua garantia o contróle imediato, fundado na possibilidade de perda de reputação numa sociedade alicerçada em pequenos grupos e em contactos primários. Mesmo a contabilidade dos carregamentos de café remetidos e dos gêneros enviados por conta de sua venda era deixada pelo fazendeiro, ao cuidado do comissário. Quanto ao financiamento da produção, a única atividade desenvolvida pelo fazendeiro foi a das operações de crédito realizadas em termos pessoais.

Termina aí, na fase pròpriamente de negócio, qualquer traço de uma ação de tipo capitalista por parte do fazendeiro. Do ponto de vista da organização da fazenda como unidade de produção, o seu comportamento se aproxima mais ao de um senhor de tipo patrimonial que tem sob sua égide as terras, a família, os escravos e os dependentes.

A fazenda definiu-se como uma unidade praticamente autônoma de produção e consumo e a organização social configurou-se através da justaposição de unidades rurais internamente diferenciadas mas idênticas entre si, impedindo uma maior complexidade e diferenciação social e a formação de um mercado local. Essas condições não foram favoráveis ao desenvolvimento urbano; nem permitiram a articulação da estrutura social mediante estratos interdependentes.

Acrescente-se a êsse sumário o posterior desenvolvimento das duas regiões consideradas e se terá a acentuação dêsses traços díspares. O Oeste, passada a crise cafeeira, reorganizou-se especialmente através ou de uma atividade agrícola diversificada e tècnicamente avançada, ou da industrialização. No Vale do Paraíba, o processo de reerguimento se realizou através de atividades agrícolas que se concentraram na pecuária. A economia leiteira facilitou a persistência das condições de organização social existente no período do café, não funcionando como um fator dinâmico para realmente integrar a população dessa área em um mercado mais amplo e promover a reorganização do sistema social. As técnicas rotineiras de produção, a limitação das medidas racionalizadoras à fase de distribuição da mercadoria destinada a um mercado hexógeno e cujas transações ocorrem num plano que deixa intocada a economia local, a concentração da propriedade e a fraca oferta de trabalho, tem sido obstáculos à aceleração do processo de mudança sócio-econômica.

As condições que acabamos de sumarizar para essas diferentes regiões necessariamente conduzem a modalidades completamente diversas de organização do sistema social mais amplo do qual as pequenas comunidades fazem parte. Sem conhecê-las, não haverá possibilidade de compreender a modalidade de integração que nelas ocorre.

De outro lado, o investigador que se proponha a reconstrução do passado para melhor compreender os problemas referentes à pequena comunidade se verá em sérias dificuldades se tiver em mente circunscrever

a sua investigação às áreas sociais que, de maneira clássica tem sido objeto dos estudos de comunidades, e não atentar para as formas de integração delas com a sociedade inclusiva. São muito escassas as fontes referentes à camada da população — sitiantes e homens livres não proprietários — que as integrava no período escravocrata. Nesse período, o fenômeno chave para se apreender o sentido das relações sociais é o da díade Senhor e Escravo, sendo quase destituída de importância, para os destinos da sociedade global, os problemas referentes aos habitantes de pequenas comunidades. Realmente, são aquelas relações dominantes que se cristalizaram na documentação e que definiram também um sistema de referências para a percepção dos observadores da sociedade nessa época, que vão apreender seletivamente, a realidade, vendo-a principalmente em função dêsse caráter dominante.

Mas, passado o período escravocrata, a emancipação colocou o escravo na posição social ocupada pelos homens livres não-proprietários, destinando-lhe os seus papéis. O fenômeno que se tem, então, é o da integração de uma sociedade de homens livres cuja gênese está numa estrutura escravocrata mas que não deixou de definir-se também segundo o padrão de integração entre as camadas dominante e dominada livres pré-existentes.

Se, de uma parte, a existência do escravo desqualificou o trabalho e a posição social do homem livre sem posses, de outro lado há indicações de que o padrão patrimonial de relações entre o senhor e seus dependentes livres contribuiu em parte também para a definição das relações senhor-escravo, amortecendo em certa medida o padrão de violência a elas inerente e conferindo ao último, até certo ponto, uma condição humana. A nova sociedade em formação foi enormemente marcada pela existência do ex-escravo e pelas implicações de sua condição social passada, mas, ao mesmo tempo, êle se integrou numa sociedade livre com padrões já definidos. Mesmo no período escravocrata, os contactos entre cativos e camadas livres inferiores, tanto em situações lúdicas como de trabalho, não eram raros, nem era grande a distância social que os separava nessas ocasiões. Nessas condições, para se compreender as formas de convivência que se cristalizaram após o período escravocrata, assume uma importância muito grande a reconstrução histórica da forma de organização do setor livre da sociedade. Assim, torna-se da maior relevância o estudo da pequena comunidade, espaço social onde se concretizaram as relações entre camada dominante e dominada livre.

Na reconstrução da estrutura sócio-econômica das pequenas comunidades não se pode ficar prêso, mesmo que se pudesse contar com documentação satisfatória a respeito, aos processos que se referem estritamente aos ajustamentos internos à comunidade tomada por objeto; pelo contrário, êsses processos não podem ser vistos isoladamente, mas a luz das

determinações essenciais que definem o sentido das relações na sociedade mais ampla da qual são parte. Essa orientação, implica, evidentemente, em que a visão do sociólogo não pode ser exclusivamente dirigida para os fenômenos que têm sido focalizados nos estudos de comunidades. Isto nos conduz ao problema da manipulação do conceito de relações comunitárias e de sua adequação à **investigação que visem captar** não apenas os fenômenos que dizem estritamente respeito à organização interna da comunidade, mas que têm por objetivo compreendê-la à luz de sua articulação com a sociedade inclusiva, única orientação que — orgânicamente, tanto do ponto de vista prático quanto do teórico — conferem sentido aos estudos de comunidade.

Finalmente, desejamos chamar a atenção para a forma de utilização dos conceitos que **definem as relações comunitárias**. A teoria de relações comunitárias supõe uma identidade de vontades, um sentimento de “constituir um todo”, como base para a definição das relações entre as pessoas que integrem. As situações que são tipicamente constituídas por elementos desse tipo são as relações de parentesco, de vizinhança e de ajuda mútua nas atividades de subsistência.

O estudo desses setores da organização social é que tem sido quase que invariavelmente tomado por principal ponto de referência no estudo de comunidades. Se realmente o parentesco, a vizinhança e a ajuda mútua são o campo por excelência onde se pode observar de modo típico os elementos teóricos constitutivos do conceito de relação comunitária, ficando-se circunscritos a êles, na investigação, não se poderá lograr uma compreensão da pequena comunidade do presente, como situação concreta.

O tipo de abstração que o conceito de relações comunitárias opera na realidade é de molde a captar principalmente os seus aspectos mais estáveis: a caracterização da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação das vontades e da inclinação em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam. Está assim excluída dela, toda idéia de oposição e de luta, e em certa medida, de estratificação e de domínio. A forma básica de diferenciação social em situações comunitárias é a autoridade, fenômeno que supõe o exercício do poder mediante sua aceitação voluntária por parte dos submetidos.

Dessa maneira, o conceito de relações comunitárias põe uma ênfase muito grande nos elementos de preservação da ordem social e se o tomarmos como ponto de referência, correremos o risco de não apreender os fatores de mudança de que estão permeadas as pequenas comunidades no presente. Mesmo que tomemos a perspectiva de reconhecer na realidade os elementos que evidenciam em que medida as relações comunitárias sofreram o impacto de condições que lhes são adversas, por exemplo em que medida estão alteradas as relações de parentesco, de vizinhança ou

de ajuda mútua — isto só poderá ter algum significado num sentido *negativo*: isto é, nos indicar o grau de desorganização dos padrões tradicionais de ajustamento.

Ousáramos mesmo dizer que, se quisermos conhecer o tipo de conexões essenciais que definem uma pequena comunidade no presente, o estudo dessas áreas (parentesco, vizinhança e ajuda mútua) é de importância muito secundária. Para conseguir êsse objetivo o que se precisa fazer é tentar focalizar os elementos que revelam as suas tendências de transformação de um ponto de vista positivo, isto é, descobrir os elementos que estão remodelando a pequena comunidade e presidindo o processo de integração num mundo em que dominam as relações que a teoria sociológica define como societárias.

Retomando sempre o mesmo exemplo de relações de trabalho, é inevitavelmente mais importante para se conhecerem as possibilidades de integração das populações rurais e das pequenas comunidades e um novo estilo de vida, que se procure apanhar a estrutura ocupacional, as oportunidades de adestrar e encaminhar jovens, a gênese das atitudes que vêm conferindo consciência grupal ao trabalhador, sua incipiente incorporação de técnicas racionais de defesa de direitos, os processos através dos quais empregados começam a enfrentar patrões mediante relações categóricas e orientadas tendo em vista seus interesses, do que tentar definir as alterações que o mutirão apresenta em relação ao seu padrão tradicional, a menos que êste fenômeno seja manipulado de modo a esclarecer problemas de ajustamento às novas condições de vida.

Procuramos dar algumas indicações que concorram para ajustar os estudos de comunidade às solicitações de ordem prática que no presente vêm se impondo com insistência ao sociólogo brasileiro. Ao mesmo tempo, tivemos a intenção de propor um ponto de vista metodológico capaz de conduzir convenientemente a investigação de situações concretas, nesse campo, a fim de torná-la significativa teoricamente e permitir a descoberta de mecanismos gerais de integração e mudança do sistema social.

Para realizar êsse propósito, indicamos algumas alterações do modo corrente de estudos de comunidades, no sentido especialmente de não convertê-lo em um *método*, aplicável a vários contextos sociais, mas de considerar a comunidade como *objeto concreto* de um estudo cuja orientação será definida pelos objetivos teóricos visados. Essa perspectiva implica em alargar a visão do pesquisador, levando-o a considerar a unidade de investigação em suas conexões com a sociedade inclusiva e a incorporar à sua reflexão uma dimensão histórica. Essa ampliação de horizontes impõe também a inclusão, nos estudos de comunidades, de setores da vida social que não são captados pelos conceitos de relações comunitárias e que são justamente aqueles que permitem apreender, no

processo de mudança que está atingindo os habitantes do campo e de pequenas povoações, não os fatores de desorganização dos padrões tradicionais, mas os elementos criadores, capazes de promover a integração dessas populações no novo estilo de vida que vem se formando no Brasil.

## NOTAS

1) Cf. por exemplo, Charles Wagley, "Brazilian Community Studies: A Methodological Evaluation", in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. Vol. I. Anhambi, São Paulo, 1955.

2) Cf. Caio Prado Júnior, "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, n.º 28. São Paulo, 1960.

3) Gioconda Mussolini, "Persistência e mudança em sociedades de folk no Brasil", in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. Vol. I. São Paulo, Anhambi, 1955.

4) Cf. Fernando Henrique Cardoso — "Condições Sociais da Industrialização de São Paulo" — *Revista Brasiliense*, n.º 28, 1960.

5) Veja-se — Vassouras, A Brazilian Coffee Country.